

Prefeitura Municipal de Cosmópolis

Secretaria de Saúde Comunitária

Rua Antônio Carlos Nogueira, 1174 – Jd. Bela Vista – Cosmópolis/SP
(19) 3872.3149

compras.saude@cosmopolis.sp.gov.br

Cosmópolis, 01 de abril de 2022.

Processo Administrativo nº 11.676/2021

Referente Pregão Eletrônico nº 114/2021

Objeto: Registro de Preços para realização de exames diversos para o Município de Cosmópolis - MAC

A

Secretaria Jurídica

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa CENTRO CAMPINENSE DE ECOGRAFIA LTDA, tendo em vista sua inabilitação no processo licitatório, pois não fora apresentado documento exigido no Edital, qual seja, “CNES” – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Alega ainda a citada empresa que apresentou toda a documentação exigida no Edital, em especial contrato celebrado com a pessoa jurídica SAÚDE PRIME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Pois bem.

É notório que o Edital é o documento de publicidade da licitação, sendo que seu conteúdo integra as disposições contratuais que serão acordadas entre a Administração Pública e o licitante vencedor.

E o licitante é o maior interessado no edital. Este documento é o meio de comunicação entre a Administração Pública e as empresas privadas. Ele tem um vasto alcance e está diretamente relacionado com um dos mais essenciais princípios constitucionais da licitação: **a publicidade**.

Previsto e regulamentado em lei (em todas as leis que regem as contratações públicas), o edital é, por si só, considerado **a lei de uma licitação**.

O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público, **inclusive os documentos que o vencedor do certame deve apresentar**.



Prefeitura Municipal de Cosmópolis

Secretaria de Saúde Comunitária

Rua Antônio Carlos Nogueira, 1174 – Jd. Bela Vista – Cosmópolis/SP
(19) 3872.3149

compras.saude@cosmopolis.sp.gov.br

Assim, consta do Edital em anexo nos autos, mas precisamente em fl. 241, no item 12.7.6 Qualificação Técnica, na alínea “c”, que:

“A empresa vencedora deverá apresentar CNES (CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE) do Município de Cosmópolis, se a vencedora não for do Município de Cosmópolis, terá prazo de 45 (Quarenta e Cinco) dias corridos para providenciar local e toda a documentação para posterior assinatura do Contrato e início da execução dos serviços (devendo ser encaminhados via e-mail: compras@cosmopolis.sp.gov.br)”. Grifamos.

O documento exigido acima - CNES, e a obrigatoriedade de este ser do Município de Cosmópolis, é fundamental para a efetiva execução do contrato, pois tratam de exames de imagens e diagnósticos, sendo que estes devem ser realizados dentro do Município, ***para um melhor atendimento da população, e claro, sem onerar indevidamente os cofres públicos.***

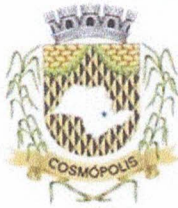
O CNES é, na verdade, um conjunto de informações que todos os estabelecimentos voltados à saúde no Brasil precisam informar para o Ministério da Saúde. ***Ele é obrigatório.***

O Ministério da Saúde obriga que todo estabelecimento independentemente do seu tamanho, estrutura ou nível de complexidade deve efetuar o cadastro. Até ambulatorios que funcionam dentro de empresas, clubes ou escolas precisam preencher o CNES corretamente.

Nele, são informados todos os dados a respeito dos profissionais que atuam, quais os serviços oferecidos, o porte, características físicas e todos os detalhes possíveis. É preciso informar ainda dados específicos para cada profissional da saúde que atue no local, independentemente de sua área de formação, inclusive dentistas, psiquiatras, fisioterapeutas e fonoaudiólogos.

Ainda, a empresa Recorrente teve acesso ao Edital antes de participar do certame, ou seja, ***era de seu conhecimento a exigência do CNES (CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE) do Município de Cosmópolis.***

Alega ainda a Recorrente que apresentou o referido documento dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias previsto no Edital, tendo anexado um contrato com a empresa SAÚDE PRIME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, cujo objeto consiste na utilização de espaço físico situado no Município de Cosmópolis, para a realização de exames na área de radiologia e diagnóstico por imagem.



Prefeitura Municipal de Cosmópolis

Secretaria de Saúde Comunitária

Rua Antônio Carlos Nogueira, 1174 – Jd. Bela Vista – Cosmópolis/SP
(19) 3872.3149

compras.saude@cosmopolis.sp.gov.br

Ou seja, o CNES do Município de Cosmópolis (exigência do Edital) apresentado pela Recorrente é da empresa SAÚDE PRIME SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Também, é notório que, em princípio, a subcontratação é proibida, sendo até motivo para rescisão contratual conforme disposto no artigo 78, inciso VI, da Lei 8.666/93. No entanto, pode ser permitida, *desde que tenha previsão no edital e/ou contrato*, vejamos:

“Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato”.

Pelo mesmo artigo acima citado, vemos não ser permitido a associação do contratado com outra empresa, nem cessão ou transferência, quer seja ela total ou parcial, nem fusão, cisão ou incorporação.

Após uma análise do Edital, não fora encontrado nenhuma cláusula permitindo que a Recorrente subcontrate uma outra para a execução dos serviços, pelo contrário, o Edital exige que a **empresa vencedora** apresente **CNES (CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE) do Município de Cosmópolis**, e a Recorrente assim não o fez.

Ainda, conforme consta do artigo 41 da Lei 8.666/93, a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada, vejamos:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Ante o exposto, **S.M.J.**, entendemos que deve ser mantido o despacho de fls. 516, inabilitando a ora Recorrente, pois não se trata de mero formalismo, mas sim de ausência de comprovação de condição do Edital, convocando-se a segunda colocada, tendo em vista a **EXTREMA** necessidade e urgência dos exames e diagnósticos, objetos do certame licitatório.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar protestos de consideração e apreço.

Marcos Roberto Ferreira
Secretário Municipal de Saúde